



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA

CERTIDÃO

-----LUISA MARIA DA COSTA GOMES DE CASTRO, SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA.-----

-----CERTIFICA que em sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e seis do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, a proposta aprovada na reunião ordinária do Executivo de 21-06-2019, de transferência de competências para as entidades intermunicipais (CIM Alto Minho) – educação e saúde, que se transcreve a seguir foi aprovada, por maioria, com 27 votos a favor, sendo 24 do PS, 2 independentes e um do PSD, e 4 abstenções, sendo 3 do PSD e 1 PCP/PEV. -----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – EDUCAÇÃO E SAÚDE

PONTO 05: *Apreciação, discussão e votação da proposta de transferência de competências para as entidades intermunicipais – educação e saúde, conforme comunicação da CIM Alto Minho que se transcreve:*-----

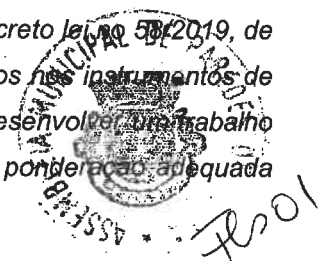
"Na sequência do acordado na reunião do Conselho Intermunicipal, venho por este meio propor os seguintes procedimentos relativamente ao processo de transferência de competências para a CIM Alto Minho:-----

1. No que respeita à transferência de competências na área da "Educação" (Decreto-Lei nº 21/2019, de 30/01/2019) e da "Saúde" (Decreto-Lei nº 23/2019, de 30/01/2019) cada Município deve, nos termos anteriormente combinados, propor em reunião de Câmara Municipal e de Assembleia Municipal que a CIM Alto Minho assumas as suas competências desde já em 2019, de acordo com o consensualizado na Deliberação aprovada na reunião do Conselho Intermunicipal (cfr Deliberação em anexo);-----

2. Neste contexto e uma vez que, para este efeito, se torna necessário obter deliberação favorável das 10 Câmaras Municipais e das 10 Assembleias Municipais até 26 de junho, venho por este meio solicitar: -----

Que esta proposta seja objeto de agendamento e decisão nas referidas reuniões de Câmara Municipal e de Assembleia Municipal; O envio dos extratos de atas das referidas reuniões até ao dia 26 de junho, no sentido de atestar perante a DGAL a concordância dos referidos órgãos dos 10 municípios relativamente à proposta em apreço. -----

3. Mais se informa que, nos termos anteriormente referidos no Conselho Intermunicipal, não estão reunidas neste momento as condições para aceitação por parte da CIM Alto Minho em 2019 e 2020 das competências nos domínios da "justiça" (Decreto-Lei nº 101/2018, de 28 de novembro)," da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários" (Decreto-Lei nº 103/2018, de 28 de novembro) e dos "transportes em vias navegáveis interiores" (Decreto-Lei nº 58/2019, de 30 de abril), atendendo a que se tratam de domínios de intervenção não enquadrados nos instrumentos de planeamento aprovados da CIM Alto Minho, subsistindo, assim, a necessidade de desenvolver um trabalho prévio com as autoridades responsáveis por aqueles setores, de forma a permitir a ponderação adequada



pela Assembleia Intermunicipal e pelas Assembleias Municipais, após a devida e prévia capacitação institucional da CIM, salvaguardando também, desse modo, o princípio previsto no 2019, GAP, E, 02, 3238 07-06-2019 artigo 29, alínea c) da Lei no 50/2018, de 16.08. de que a transferência de competências terá de garantir a qualidade no acesso aos serviços públicos. -----

Anexa a proposta de deliberação de 04 de junho de 2019, de transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata. -----

Foi deliberado, por unanimidade, dar parecer favorável, para aceitação pela CIM, no ano de 2019, da transferência de competências nos domínios da Educação e da Saúde, de acordo com o consensualizado na Deliberação aprovada na reunião do Conselho intermunicipal, que se anexa e esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

-----Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos. -----

-----O referido é verdade. -----

-----Paredes de Coura, 27-06-2019. -----

A Secretária da Mesa da Assembleia,





Proposta de Deliberação
04 de junho de 2019

Transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais

Considerando:

- I. A publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que consagrou a Lei Quadro da Transferência de Competências para as autarquias locais e para as Entidades Intermunicipais;
- II. O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019, que concretizou a transferência de competências para os órgãos das Entidade Intermunicipais do domínio da Educação;
- III. O Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019, que concretizou a transferência de competências para os órgãos das Entidades Intermunicipais no domínio da Saúde;
- IV. Que, nos dois domínios anteriormente mencionados, a CIM do Alto Minho, em articulação com os Municípios seus associados e demais entidades públicas e privadas que atuam nestas temáticas e no território da NUT III Alto Minho, tem vindo a desenvolver um conjunto alargado de atividades que lhe conferem capacidade técnica e de prossecução das competências descritas nos diplomas legais mencionados;
- V. Que, no domínio da Educação, o atual Plano de Atividades e respetivo orçamento desta CIM para 2019 prevê iniciativas que visam concretizar os objetivos inerentes à transferência de atribuições e competências, nomeadamente, através da operacionalização do (i) Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar “Alto Minho - School 4All”, abrangendo nomeadamente as seguintes ações: (i.1) Dinamização da Rede Territorial Educativa do Alto Minho; (i.2) Promoção de concursos escolares de âmbito intermunicipal; (i.3) Ações específicas de âmbito intermunicipal de promoção do sucesso educativo; (ii) “Pacto para a Empregabilidade do Alto Minho”, nomeadamente, através da monitorização do “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho em colaboração com a ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, o qual tem como objetivo criar um Sistema de identificação de necessidades de qualificações e de indicação de áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação;





- VI. Que, no domínio da Saúde, a CIM Alto Minho, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, preside já ao Conselho Consultivo da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE (ULSAM), tendo também designado um representante nos órgãos de gestão da ULSAM.

Propõe-se que seja apresentada proposta para acordo prévio de todos os órgãos deliberativos dos Municípios que integram esta CIM, para a aceitação, em 2019, da transferência das competências nos domínios da Educação e da Saúde.

O Presidente do Conselho Intermunicipal

José Maria Costa